



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002196-52.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Medida Cautelar**
 Requerente: **Fabiel Henrique Nascimento**
 Requerido: **Ietech Instituto de Educação e Tecnologia de São Carlos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor almeja à condenação da ré à apresentação de cheques (emitidos em função de curso em que se matriculou junto à mesma) e de "*livro de funcionários da ré*".

Assinalo de início que toda a discussão posta nos autos é prescindível à decisão da causa.

Esta possui caráter cautelar e natureza restrita, limitando-se a saber se a obrigação da ré em exhibir os documentos aludidos existe ou não.

O que extravasa esse âmbito haverá de ser analisado em sede adequada, diversa da presente.

Assentadas essas premissas, reputo que a postulação prospera em parte.

Isso porque a apresentação dos cheques especificados na petição inicial constitui dever da ré, máxime porque o pagamento a eles relativo já sucedeu.

Todavia, anoto por oportuno que as cópias já foram entregues ao autor, como se vê no termo de fl. 56.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Diversa é a alternativa quanto ao "livro de funcionários" da ré, pois o autor não tem o direito de acesso ao mesmo e muito menos a ré obrigação de apresentá-lo em Juízo, tendo em vista que se trata de documento amplo, com informações que de modo algum interessam ao desate de possível litígio entre as partes.

Ademais, é certo que eventual comprovação de fato que se tencionasse a partir disso poderia ser alcançada por outros meios de prova.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a exibir os cheques especificados na petição inicial, mas dou por cumprida a obrigação em decorrência da entrega dos mesmos já ter-se implementado.

Oportunamente, e com as cautelas de praxe, dê-se baixa definitiva nos presentes autos digitais.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 21 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**